

190				
				1
			190	

## ÍNDIAS PROSTITUÍDAS

# Comissão discutirá propostas

*Medidas jurídicas para legalizar situação de crianças será pedida*

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembléia Legislativa deverá solicitar à Defensoria Pública medidas jurídicas para legalizar a situação das crianças frutos da exploração sexual de índias adolescentes em reservas do Rio Grande do Sul.

Conforme a investigação revelada na série de reportagens apresentada por Zero Hora, no início do mês, cerca de 40% dessas crianças vivem em situação precária e morrem no primeiro ano de vida.

Amanhã, às 19h, ocorre na Assembléia uma reunião do Movimento pelo Fim da Exploração e da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes para discutir as propostas que serão apresentadas ao Ministério Público Federal. A presidente da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT), disse que a intenção é encontrar medidas emergenciais para a situação das pequenas índias.

– A exploração é uma marca da nossa sociedade. Essas comunidades perderam um referencial da própria cultura e assimilaram o que há de pior na nossa – disse Rosário.

Para a deputada, a crise nas comunidades indígenas é histórica e a União deveria intervir na questão, já que as áreas e as populações indígenas são aten-

didadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

### Convênio com universidade deverá ser proposto para recuperar cidadania de índias

Para recuperar a cidadania das meninas e mulheres das reservas indígenas, a comissão deverá propor um convênio com universidades da região. O objetivo é garantir assessoria jurídica para as vítimas de abusos sexuais. O serviço também ajudará as mães e as crianças a identificar os pais.

Participam da reunião de hoje entidades como o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, a Pastoral do Menor e o Ministério Público.

Motivados pela reportagem de ZH, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim), do Fórum Municipal da Mulher e da Central Autônoma de Trabalhadoras encaminharam à CCDH correspondência solicitando providências para impedir a exploração das índias e punir os culpados.

Télia Negrão, presidente do Comdim, disse que a entidade irá propor hoje na reunião que a CCDH faça visitas de inspeção às aldeias indígenas, para percorrer as áreas denunciadas e verificar a realidade das meninas.

– Não se trata apenas de buscar a punição dos exploradores, mas de propor alternativas de vida para essas índias – afirmou.